

O IMPACTO DAS RECENTES MUDANÇAS SOBRE OS ARTESÃOS DA COSTA DOS COQUEIROS

Patrícia Pugliesi e Silva¹

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa realizada em algumas localidades na Costa dos Coqueiros, a partir da realização de um trabalho desenvolvido pelo Instituto de Hospitalidade com artesãos de distintas comunidades: Massarandupió, Canoas, Água Comprida, Curralinho, Sauípe, Estivas, Diogo, Santo Antônio e Areal.

O Instituto de Hospitalidade é uma organização não-governamental que mantém diversos projetos integrados de desenvolvimento nas comunidades em variados segmentos. Um desses projetos é o atendimento das populações concentradas no entorno de empreendimentos turísticos no Litoral Norte da Bahia, a Costa dos Coqueiros, de forma a proporcionar alternativas para um aumento da renda para essas comunidades e mecanismos geradores de sinergia com os empreendimentos.

O contato com essas comunidades viabilizou a construção de um estudo de caso sobre a sua inserção em uma nova realidade. O objeto desse estudo foram os artesãos destas localidades e suas respectivas ocupações. Partiu-se da concepção de que as referidas comunidades vêm atravessando profundas transformações a partir da última década: melhoramento das vias de acesso com a Estrada do Côco e a Linha Verde; novos loteamentos; instalações de complexos hoteleiros; atuação de ONGs – que têm provocado modificações na região e por analogia no mercado de trabalho local. Assiste-se a um cenário marcado pelo aparecimento cada vez maior de turistas e visitantes, tecendo novas oportunidades de negócios.

Antes desse novo cenário, as comunidades supra citadas viviam economicamente isoladas e praticando uma economia artesanal e de subsistência. O desemprego atingia fortemente a população, que, na maioria das vezes, dedicava-se à mariscagem, ao serviço doméstico ou precisava se deslocar para outras localidades em busca de trabalho. Diante da percepção de uma mudança econômica que teceu uma nova realidade, muitos visualizaram nas atividades artesanais, que já eram realizadas tradicionalmente nas comunidades, a oportunidade de usufruírem uma renda maior. Neste aspecto, cumpre ressaltar que a matéria-prima principal para a confecção dos artesanatos em questão é encontrada em abundância na região da Costa dos Coqueiros: piaçava e junco.

Em comunidades como essas, a informalidade de atividades como o artesanato viabiliza a conciliação dos afazeres domésticos com a necessidade de garantia de renda para complementação do orçamento familiar. Este aspecto característico das atividades artesanais permite incluí-las no caráter polissêmico do conceito de informalidade. Neste trabalho, delimitou-se atividade informal a relação em que o produtor direto, de posse dos instrumentos de trabalho e com a ajuda ou não de mão-de-obra familiar ou de auxiliares, produz bens ou presta serviços para o mercado. Assim, este trabalho está fundamentado na vertente que caracteriza a atividade informal da seguinte forma:

- ✓ o ator principal no processo é o produtor-trabalhador, o qual possui um extenso controle sobre todo o processo de trabalho;
- ✓ o produtor-trabalhador combina a posse dos instrumentos de trabalho com os conhecimentos específicos de sua atividade, associando-os com sua capacidade de gerir o pequeno negócio;

¹ Professora Mestre da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Salvador – UCSal. ppugliesi@zipmail.com.br

- ✓ o processo de produção pode apresentar descontinuidades ou até mesmo ser fragmentado em tarefas de acordo com a demanda, com as oportunidades, com o momento ou com a sazonalidade do negócio;
- ✓ a renda gerada visa a, primeiro, garantir a reprodução do produtor e de seu núcleo familiar, e depois, a manutenção da atividade;
- ✓ há uma forte heterogeneidade no perfil ocupacional desses trabalhadores;
- ✓ a forma como o processo de trabalho é exercido depende da cultura, experiência de vida, personalidade e renda auferida do produtor-trabalhador.

Diante do exposto, torna-se necessário associar o caráter informal do artesanato com a promoção do desenvolvimento sustentável local, aproveitando os recursos naturais disponíveis e os custos de oportunidades surgidos. Desse modo, cumpre destacar a importância da presença de ONGs, da iniciativa privada e de organismos governamentais orientando e monitorando a população sobre preservação ambiental, conscientização ecológica, capacitação para o trabalho, atendimento ao turista, etc.

2. OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa foi retratar o impacto que essas mudanças proporcionaram nessas comunidades e detectar os pontos de estrangulamento: dificuldades que elas continuam enfrentando para manter a plena inserção nesta nova realidade econômica.

3. METODOLOGIA

Para tanto, a metodologia adotada foi a aplicação de questionários com os artesãos das respectivas comunidades. Esses questionários buscavam captar informações sobre a realidade nas comunidades antes e após as mudanças, a vida financeira dos artesãos, a forma de organização do trabalho, suas dificuldades, dentre outras. A amostra totalizou 106 observações. Por se tratar de um trabalho desenvolvido em diferentes comunidades, que possuem realidades e particularidades distintas, procurou-se realizar agrupamentos entre elas, utilizou-se o critério de proximidade, interação comunitária e características comuns. Assim, este trabalho foi segmentado em 5 partes referentes ao agrupamento das seguintes comunidades: (1) Massarandupió, (2) Canoas/Água Comprida, (3) Currealinho, (4) Sauípe/Estivas, (5) Diogo/Santo Antônio/Areal.

4. RESULTADOS/CONCLUSÕES

Os questionários foram aplicados em meados de 2002, mas este estudo envolve ainda uma segunda aplicação de questionários nas respectivas comunidades após um determinado intervalo de tempo, visando a realizar uma análise comparativa entre os dados.

Os impactos captados pela pesquisa apontaram resultados iniciais sobre aspectos da realidade local e possibilitaram algumas conclusões preliminares:

- ✓ observou-se a existência de um processo incipiente de terceirização na atual confecção do artesanato. Acredita-se que este processo não esteja plenamente solidificado, pelo fato desse trabalho ser prestado geralmente por um familiar próximo e nem sempre ser remunerado. Nota-se que esse processo de terceirização está fundamentado nas etapas do processo produtivo que

vai desde a extração da palha até o trançado, sendo mais comum a venda de tranças para artesãos mais idosos em virtude do aparecimento repentino de algum tipo de encomenda. Ressalta-se, também, a presença de atravessadores que aproveitam a dificuldade dos artesãos em escoar a produção e exercem seu poder de barganha a fim de auferirem lucros maiores com a revenda dos produtos;

- ✓ cumpre registrar a queixa de alguns artesãos sobre o desinteresse dos descendentes, filhos e familiares, em aprender o trançado ou qualquer outra etapa do processo produtivo. Alegam que os jovens sentem-se seduzidos pelo progresso que o turismo pode proporcionar e acreditam ser o artesanato uma atividade muito trabalhosa e pouco remunerada;
- ✓ trata-se de uma população de artesãos caracterizada por um heterogêneo nível de instrução. Esta disparidade pode ser visualizada na própria abordagem ao turista para a comercialização dos produtos;
- ✓ quanto ao período de maior comercialização dos produtos, os artesãos foram unânimes em identificar os meses de dezembro a fevereiro, o verão, como o período do ano em que vendem melhor, mas também ressaltaram um significativo dinamismo nas vendas no mês de junho;
- ✓ acredita-se que os rendimentos auferidos pelos artesãos sejam superiores aos mencionados na pesquisa e que eles tenham se baseado apenas nas últimas vendas e/ou encomendas das quais se recordam, anteriores à aplicação dos questionários. Cumpre destacar que os artesãos mais idosos demonstraram ter dificuldade de “noção” quanto ao dinheiro recebido, bem como do valor cobrado. Constatou-se uma incoerência sobre o valor cobrado pelo trabalho executado em etapas distintas do processo produtivo. Observou-se que a dificuldade de compreensão do processo de valoração do produto pode estar associado tanto à falta de noção de tempo de trabalho como a do dinheiro recebido;
- ✓ cumpre destacar que os artesãos confessaram não fazer qualquer registro de sua produção ou faturamento dos seus artesanatos e que, em geral, não há noção de lucratividade por espaço de tempo, o que dificulta uma informação mais exata sobre a realidade financeira local;
- ✓ quanto aos rendimentos auferidos, foi constatado que a unanimidade ajuda no orçamento doméstico, principalmente em termos de alimentação. Todos os artesãos alegaram que sua vida financeira melhorou após o trabalho com o artesanato nos anos 90. Puderam adquirir eletrodomésticos, vestuário, alimentação, cuidados pessoais.

Na verdade, as mudanças físicas geradas pelo progresso, associadas aos investimentos turísticos da iniciativa privada local, proporcionaram, por um lado, o fortalecimento da herança cultural do artesanato, sobretudo entre mulheres e idosos. Além disso, viabilizaram um avanço no desenvolvimento do processo produtivo praticado pelos artesãos para a confecção e comercialização das peças.

De outro lado, porém, a proximidade com essa nova realidade tem provocado nos mais jovens a sedução pelo progresso que se traduz na linguagem local como “moderno, bonito e chique”. Essa atração alimenta a busca por uma inserção econômica formalizada dentro dos padrões legais do mercado de trabalho, ou seja, um emprego com carteira de trabalho assinada. Neste aspecto, o grau de absorção dessa mão-de-obra, além de ter como entrave um recrutamento sazonal, ainda enfrenta como obstáculo o nível de escolaridade da população, o que incrementa o desemprego.

Então, incentivar a produção do artesanato local, além de contribuir para a inserção dessas comunidades nessa nova realidade, viabiliza o desenvolvimento regional a ocorrer de forma

sustentável, ou seja, consciente, integrado e garantindo um legado artesanal para as futuras gerações.

5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. As Metamorfoses no Mundo do Trabalho. In: GOMES, Álvaro (org.). **O Trabalho no Século XXI**: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: A. Garibaldi Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001. p. 17-32.

AZEVEDO, Beatriz. O setor informal em uma dinâmica de desenvolvimento local: indústria, família e território. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v.18, 2, pp. 126-141, 1997.

TODESCHINI, Remígio. **A Comercialização na Economia Solidária**. São Paulo: SEBRAE, 2002, pp. 9-42.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As Economias Informal e Submersa: Conceitos e Distribuição de Renda. In. CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI F. (org). **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 121-143.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A economia informal 20 anos depois. *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre, v.21, 4, jan/1994.

HUGON, Philippe. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v.18, 2, p. 32-63, 1997.

MATTOSO, Jorge; POCHMANN, Márcio. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. In: _____. **Economia e Sociedade**. Campinas, p. 213-243, 1998. v. 10.

SILVA, Patrícia P. A Nova Informalidade na RMS. (Dissertação de Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2002.